

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA**

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO
ESCOLAR: UM ESTUDO COM PROFESSORES GESTORES**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Leila Cristina Mai

**Tio Hugo, RS, Brasil
2010**

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO COM PROFESSORES GESTORES

por

Leila Cristina Mai

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

**Tio Hugo, RS, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a distância**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO
ESCOLAR: UM ESTUDO COM PROFESSORES GESTORES**

elaborada por
Leila Cristina Mai

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Comissão Examinadora

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Ms.
(Presidente/Orientadora)

Leila Adriana Baptaglin, Ms. (UFSM)

João Luís Ourique, Dr. (UFPEL)

Maiane Liana Hatschbach Ourique, Ms. (Suplente)

Tio Hugo, 15 de janeiro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo incentivo e apoio prestados. Em especial à Professora Alexandra, pela paciência e colaboração nas orientações prestadas no decorrer do trabalho;

Aos demais professores, tutores e funcionários da Universidade Federal de Santa Maria;

E principalmente ao nosso superior maior, Deus, pela oportunidade e o privilégio de poder ter freqüentado este curso. Enfim, a todos que de uma ou outra forma contribuíram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Monografia de Especialização
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO COM PROFESSORES GESTORES

AUTORA: LEILA CRISTINA MAI

ORIENTADORA: ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Data e Local da Defesa: Tio Hugo, 15 de janeiro de 2011.

O presente estudo monográfico sistematiza questões sobre o processo de alfabetização no contexto escolar, através de uma pesquisa realizada com professores gestores de uma escola municipal de Tapera/RS. O objetivo do estudo veio ao encontro das ansiedades e dificuldades encontradas pela pesquisadora no início do ano letivo quando lhe foi proposto o trabalho como alfabetizadora. Assim, objetivou-se, com a pesquisa, investigar o processo de alfabetização no contexto da gestão escolar, especificamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Costa e Silva, localizada no município de Tapera/RS. A fim de atender esse objetivo, buscou-se identificar o papel da escola nesse processo, tendo em vista que o mesmo é de suma importância e como deve ser contemplado nas escolas para garantir um melhor aprendizado discente. Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa foi caracterizada como um estudo de caso. Os dados foram coletados através de questionários respondidos por três professores gestores. Com a pesquisa, constatou-se que os professores gestores promovem encontro com o grupo e sempre fazem a relação entre teoria e prática vivenciada pelos alunos e professores. Portanto, considera-se fundamental o compromisso da escola e do seu papel na formação dos indivíduos. A alfabetização dos alunos é compromisso de todos os gestores escolares, sendo que a escola também necessita se responsabilizar pelo desenvolvimento integral de seus alunos.

Palavras-chave: gestão escolar; alfabetização; escola

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

THE LITERACY PROCESS IN THE CONTEXT SCHOOL: A STUDY WITH TEACHERS MANAGERS

AUTHOR: LEILA CRISTINA MAI

ADVISER: ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Date and place of Defense: Tio Hugo, january 15, 2011.

This study monographic systematizes questions about the literacy process in school context, through a study conducted with teachers managers of a municipal school of Tapera/RS. THE objective of this study came to meet the anxieties and difficulties encountered by the researcher at the beginning of the school year when it was proposed work as literacy trainer. Thus, aimed-, with the research, to investigate the literacy process in the context of school management, specifically in the Municipal School of Basic Education President Costa e Silva, located in the municipality of Tapera/RS. In order to meet this objective, sought-identify the school's role in this process, with a view that it is extremely important and must be contemplated in schools to guarantee a better novitiate students. With a qualitative approach, the research was characterized as a case study. Data were collected through questionnaires answered by three teachers managers. With the search found-that the teachers managers promote meeting with the group and where are the relation between theory and practice experienced by pupils and teachers. Therefore, considers-fundamental the commitment of the school and its role in the training of individuals. literacy of students is commitment by all school managers, and the school also needs take responsibility for integral development of its students.

Keywords: school management; literacy; school

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE – Conselho Nacional da Educação

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PP – Projeto Pedagógico

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vi
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	12
1 O MEIO SOCIAL E CULTURAL E A ALFABETIZAÇÃO	12
1.1 A alfabetização e seus processos	12
1.1.1 O sujeito da alfabetização	19
1.2 A gestão democrática e a prática educativa	21
1.2.1 O poder da comunicação	27
1.2.2 Caracterização do Projeto Político Pedagógico	29
1.2.3 O planejamento participativo	32
1.3 O papel da escola e dos seus gestores	35
CAPÍTULO 2	41
2 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO SOB A ÓPTICA DE PROFESSORES GESTORES	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERENCIAIS	52
APÊNDICES	55
APÊNDICE A – Carta de apresentação	56
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	57
APÊNDICE C – Termo de confidencialidade	59
APÊNDICE D – Questionário	60

INTRODUÇÃO

Considerando que o conhecimento da leitura e da escrita pode ser a porta de entrada dos indivíduos na sociedade, e a partir disso nos comunicamos e nos socializamos com outras pessoas é possível dizer que no decorrer desse processo o sujeito vai adquirindo mais conhecimentos e como educadores e escola somos também responsáveis nesse cenário.

A criança alfabetiza-se a partir das experiências sobre a linguagem escrita que vivencia gradativamente nos contextos culturais e grupos sociais em que a mesma se encontra, por exemplo, em casa, na escola, no grupo de amigos, etc. Assim, essas experiências e os conhecimentos adquiridos vão enriquecendo seu processo de aprendizagem. Cabe dizer que o processo de alfabetização varia de acordo com a idade, o interesse em aprender a ler e a escrever, com a maturação, com a proposta do professor e da escola, etc. Deve-se também levar em conta os saberes e o interesse da criança, valorizando a criatividade de cada uma, pois elas carregam consigo um conjunto de saberes sobre a linguagem oral e escrita.

Desse modo, todos os seres humanos possuem saberes e ao ingressarem na escola já trazem consigo uma bagagem de conhecimentos, mas que necessariamente não se relacionam ao ato de ler e escrever na escola, ou seja, são saberes oriundos de vivências em diferentes contextos. O processo de alfabetização das crianças, segundo Emília Ferreiro, ocorre no ambiente social no qual ela vive e encontra-se inserida, pois as crianças aprendem interagindo umas com as outras através da troca de conhecimentos entre o sujeito e o objeto de conhecimento.

A escolha deste tema é fruto da experiência pela qual me encontro como professora alfabetizadora, numa turma de primeiro ano. Os objetivos desta pesquisa vêm ao encontro das ansiedades e dificuldades que encontrei nessa caminhada e, principalmente, no início do ano letivo, quando me foi proposto esse trabalho de alfabetização. Senti a necessidade de buscar formas diferenciadas para atingir meus objetivos e alfabetizar a turma.

Possuía uma bagagem teórica considerável, adquirida no curso de Magistério e, posteriormente no curso de graduação em Pedagogia, porém a falta de experiência

com crianças na etapa inicial de alfabetização desafiou-me a buscar soluções para as minhas dificuldades e fazer a tão temida, mas necessária relação entre teoria e prática. Essa realidade me mostrou muitas dificuldades, as quais me levaram a perceber e refletir sobre a importância de utilizar métodos e técnicas diversificadas para facilitar a aprendizagem das crianças. Alfabetizar não é uma tarefa fácil, exige muito empenho do professor, bem como todos os profissionais atuantes no espaço escolar, uma vez que o ambiente colabora fundamentalmente para o processo ensino aprendizagem.

Para que o processo ocorra de maneira favorável é preciso que os professores gestores, juntamente com os demais gestores da escola, elaborem projetos em conjunto, reflitam e discutam maneiras de trabalhar para desenvolver e alfabetizar as crianças que estão sobre a responsabilidade desses profissionais.

As crianças estão sendo alfabetizadas cada vez mais cedo, por isso, rever conceitos e métodos de alfabetização se faz cada vez mais urgente e necessário, uma vez que fazer com que cada criança se desenvolva plenamente é responsabilidade de todos. Assim, percebe-se a importância da gestão escolar estar voltada para incentivar o aluno, fazendo-o gostar da escola e de aprender, sendo valorizado como um sujeito de direitos e qualidades, que precisam ser salientadas e destacadas em sala de aula, através de atividades atrativas que ofereçam ao aluno oportunidades e formas diversificadas de construir seu conhecimento.

Nesse contexto, o presente trabalho investigou o processo de alfabetização no centro da gestão escolar, mais especificamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Costa e Silva, localizada no município de Tapera/RS. A fim de atingir esse objetivo, buscou-se identificar o papel da escola nesse processo, tendo em vista que o mesmo é de suma importância para que aja um melhor aprendizado.

O estudo usa a abordagem qualitativa, caracterizada como um plano aberto, maleável, que descreve os dados, contextualiza e focaliza a realidade de maneira flexível e melhor compreendida em seu contexto, pois o estudo qualitativo, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, 18).

A abordagem qualitativa leva o sujeito a investigar e interpretar o desenvolvimento de uma determinada situação, havendo assim uma troca de relações

entre eles, conectando-se teoricamente. O estudo, segundo Mazzotti (2006, p. 638), refere-se a um:

[...] processo de produção do conhecimento científico que pode ser visto como uma espécie de conversa, uma interlocução contínua entre pesquisadores de uma dada área. Participar desse diálogo é essencial ao ofício de pesquisador, pois é por meio dele, da avaliação crítica da comunidade acadêmica, que os novos conhecimentos produzidos são validados ou não.

A fim de atingir os objetivos desse estudo, utilizou-se como instrumento de coleta de dados o questionário. Este instrumento veio a ser uma forma de interação social entre pesquisador e pesquisado, o que possibilitou conhecer as informações e opiniões a respeito do tema em estudo.

O questionário foi desenvolvido com os professores gestores da escola na qual atuo, ou seja, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Costa e Silva, que se localiza no município de Tapera/RS.

O questionário foi enviado a três professores gestores, no mês de julho. Primeiramente, foi feito o contato inicial, momento em que coloquei os objetivos da pesquisa e o meu interesse em realizar essa pesquisa através do questionário, com os profissionais que compõem a parte pedagógica da escola. Todos se mostraram receptivos e interessados em colaborar, colocando sua visão de como é trabalhada a questão da alfabetização na escola. As três professoras gestoras que fizeram parte da pesquisa tiveram seus nomes preservados, sendo identificadas pelos números 1, 2 e 3.

O resultado da pesquisa com as contribuições coletadas e analisadas uma a uma, seguem descritas através de uma análise e algumas alternativas encontradas sobre o que estes profissionais pensam sobre o tema proposto. De posse dos questionários, esses foram analisados dentro de uma metodologia qualitativa, onde o material foi explorado de forma reflexiva, com descrição dos conteúdos, interpretando os conceitos e significados das questões abordadas.

O presente trabalho foi organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo enfatiza o meio social e cultural e a alfabetização, assim como apresenta uma breve história da alfabetização no Brasil. Além disso, focaliza quem é o sujeito de alfabetização, qual o papel da escola e dos seus gestores, a disponibilidade de matérias para o processo de alfabetização, sempre levando em consideração a

valorização do conhecimento que a criança já possui desde o seu nascimento a respeito da linguagem escrita e a interação com o meio cultural onde vive. A seguir, aborda-se a importância da organização da escola no sentido de contemplar a gestão democrática da mesma, proporcionando espaço para que todos tenham voz e vez, destacando também a importância da comunicação entre o grupo que compõe a comunidade escolar, além de focalizar a importância do PPP da escola como um documento construído em conjunto, atendendo as necessidades dos alunos, pois o mesmo direciona os trabalhos dos profissionais da escola. Portanto, as ações devem partir de um planejamento participativo que é o foco do último subcapítulo do trabalho.

No segundo capítulo apresenta-se os dados obtidos no estudo e a análise dos mesmos, através dos questionários entregues aos professores, objetivando conhecer sua visão sobre alfabetização, pois é um tema muito importante e o sucesso dentro da sala de aula reflete diretamente no aluno pois os mesmos garantem sua auto estima e melhores resultados nos anos seguintes da sua vida escolar. Esse processo depende de vários fatores, dentre os quais um trabalho comprometido por parte do professor gestor e da equipe diretiva da escola, buscando sempre atualizar seus conhecimentos, através da formação continuada.

Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo e reflexões sobre o tema proposto.

CAPÍTULO 1

1 O MEIO SOCIAL E CULTURAL E A ALFABETIZAÇÃO

1.1 A alfabetização e seus processos

A alfabetização e seu processo é um tema bastante pesquisado e estudado por vários teóricos, tais como Emilia Ferreiro, Ana Teberosky, Luiz Carlos Cagliari, Paulo Freire, entre outros. No decorrer da história educacional, diferentes métodos de ensino foram elaborados, tais como o método sintético, que parte das unidades mínimas da língua: as letras, os sons, as sílabas, para depois formar as palavras frases e textos, o método de alfabetização analítica, que trabalha primeiramente as partes significativas da língua, palavras, frases, parágrafos e textos; e posteriormente são trabalhadas as unidades menores e o método o analítico-sintético ou eclético, que é uma mistura dos dois métodos anteriormente citados (MORAIS, 2003, p. 63).

Por volta dos anos cinquenta, o método das cartilhas começou a ganhar espaço nas salas de aula. Essa forma de alfabetização tinha como base principal as cartilhas de alfabetização, que segundo Cagliari (2006, p. 48):

Parecia que iria dar certo, mas não foi bem assim. A cartilha parecia um caminho suave, mas não era. E a escola percebeu logo de início que muitos alunos tinham dificuldades em seguir o processo escolar de alfabetização. E as reprovações na primeira série tornaram-se freqüentes. Até o advento do ciclo básico na década de 80, média de reprovação na primeira série era de cinquenta por cento.

A realidade da alta taxa de reprovação na primeira série teve conseqüências sérias, como o abandono da escola por parte desses alunos, que não conseguiam acompanhar o modelo proposto de alfabetização. Poucos, porém, cerca de dez por cento, conseguiam concluir o ensino fundamental (CAGLIARI, 2006). A realidade que vivenciavam necessitava de urgente revisão, a experiência com cartilhas não estava trazendo resultados esperados, e a repetência e a evasão escolar começaram a se tornar um desafio que precisava de soluções urgentes. Nesse contexto, medidas foram

tomadas na tentativa de encontrar uma solução para o problema. Segundo Cagliari (2006, p. 48):

A primeira coisa que saltava aos olhos era o fato de as cartilhas serem livros esquemáticos demais, o que podia dificultar a sua aplicação. Alguns professores podiam não saber exatamente como usar este tipo de livro, comprometendo assim o processo educativo. Era necessário, pois, dar uma ajuda especial aos professores.

As cartilhas continuaram e, junto com elas, conforme o autor citado, foi elaborado um manual para que o professor se guiasse. Nele se encontrava até o que o professor deveria falar e o que o aluno deveria responder. Novamente, a escola não teve êxito com esse método de ensino, pois a reprovação continuava assustadora e foi necessário encontrar alternativas para resolver o problema.

Tentou-se buscar nas universidades a solução e as respostas para as dificuldades que encontravam em alfabetizar os alunos. Foi então que alunos universitários de psicologia começaram a aplicar uma variedade de testes nas escolas, sem mesmo uma formação pedagógica ou lingüística, chegando à conclusão de que a dificuldade de aprendizagem devia-se ao fato de essas crianças repetentes serem carentes de alimentação na infância, carentes de estímulos ambientais, necessários para que pudessem desenvolver seu conhecimento.

Esses profissionais da psicologia “inventaram” uma série de atividades que eram aplicadas antes das crianças começarem a serem alfabetizadas, no chamado “período preparatório”, em que os alunos eram treinados nas habilidades básicas até ficarem prontos, para iniciar o processo de alfabetização. A partir desses estudos, considerou-se necessário que, além da cartilha e do manual do professor, o livro de exercício de prontidão do aluno tinha que ser aplicado para conseguir alfabetizar os alunos.

Os estudos eram constantes, mas os resultados não foram satisfatórios. Constatou-se que as atividades foram mal elaboradas, pois os psicólogos tinham conceitos errôneos sobre linguagem, muito diferentes do que os especialistas em lingüística diziam e acreditavam sobre a importância da linguagem na vida das crianças.

Apesar de todos os esforços em estabelecer um método de alfabetização que realmente conseguisse mudar a realidade de reprovação elevada que se tinha na década de 80 as cartilhas e o período preparatório não passaram de um grande equívoco pedagógico e psicológico. Com todas essas tentativas frustradas, perceberam que o mais correto a se fazer naquele momento era abandonar todas essas formas de alfabetização, e deixar que o professor elaborasse suas próprias atividades (CAGLIARI, 2006).

Por volta do ano 1985, a psicolinguista Emilia Ferreiro, juntamente com a pesquisadora Ana Teberosky, revolucionaram o processo de alfabetização, quando afirmaram que a alfabetização é um processo natural e gradativo. A criança vai construindo seu conhecimento a partir dos estímulos que recebe e seu contato com a leitura e escrita. Para tanto, conforme as autoras, o trabalho do professor deve estar voltado a atender às diferenças individuais, pois cada criança possui sua própria história e bagagem cultural.

A partir desse momento, a atenção começa a se concentrar mais no aluno, como ele aprende, e os níveis de desenvolvimento. De acordo com Ferreiro (apud, MORAIS, 2003 p. 14): “alfabetizar é muito mais do que manejar a correspondência entre sons e letras escritas, caracteriza-se pela criação de um ambiente rico de materiais e de atos de leitura e escrita”. Na concepção da autora, a prática pedagógica construtivista está diretamente ligada às atividades espontâneas das crianças, portanto alfabetizar uma criança numa perspectiva construtivista é conduzir o aluno a descobertas e a construção do seu próprio conhecimento, respeitando seus limites e todo esse processo deve respeitar as individualidades e o ritmo de cada aluno. Segundo Morais (2003, p. 15) construtivismo é:

Uma teoria e não um método de alfabetização. Portanto alfabetizar crianças, numa perspectiva construtivista, não significa usar um método específico, mas, sim, desenvolver uma prática pedagógica de alfabetização numa perspectiva construtivista, que é muito diferente das práticas de alfabetização desenvolvidas em muitas escolas ainda tradicionais ou empiristas, que iniciam o trabalho silábico, global de contos, ou outros.

Essa prática de alfabetização faz com que o aluno não receba o conhecimento pronto e acabado, mas ele reformula, reconstrói, conforme suas experiências, sua visão

de mundo. Ferreiro defende a perspectiva construtivista e a importância de alfabetizar as crianças com palavras significativas para ela, sugerindo que esse processo se inicie pelo nome da criança, por este ser muito significativo para ela.

Alfabetizar, portanto, apóia-se na certeza que o trabalho do professor deve estar voltado primeiramente em conhecer o nível em que a turma se encontra. Segundo Ferreiro, as crianças passam por distintos níveis no processo de alfabetização.

O pré-silábico 1: Nesse nível a criança ainda não estabelece uma relação necessária entre a linguagem falada e as diferentes formas de uma representação, acreditando que se escreve com desenhos. O pré-silábico 2: A criança já usa sinais gráficos, abandonando no traçado os aspectos figurativos daquilo que quer escrever. É considerado como um nível intermediário e representa a maneira de passar de nível a outro de maior complexidade. A criança descobre que desenhar não é escrever. Nível silábico: Quando a criança sai do nível pré-silábico e entra no nível silábico, ela deixa de se apoiar em idéias de vinculação de aspectos figurativos referente à palavra que o representa. No nível silábico a criança encontra uma nova fórmula para entrar no mundo da escrita, descobrindo que pode escrever uma letra para cada sílaba da palavra e uma letra por palavra ou frase. Na fase do nível silábico alfabético também não satisfaz completamente a criança, e ela prossegue sua pesquisa em busca de uma solução mais completa que só será alcançada por intermédio da fonetização da sílaba, ou seja, a constituição das sílabas. Ao chegar ao nível alfabético, a criança já franqueou a “barreira do código”; compreende que cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros dos fonemas das palavras que vai escrever. (MORAIS, 2003, p. 11,12)

Esses níveis da evolução de escrita das crianças precisam ser acompanhados pelo professor, sendo que o mesmo deverá fazer seu planejamento de aula e atividades compatíveis ao nível em que a turma se encontra.

Para conseguir evoluir de um nível para outro a criança passa por estágio onde ela começa a entender e perceber que, a leitura do que ela escreve não é possível, pois antes do nível alfabético podem faltar elementos para que isso ocorra. As dificuldades que por ventura os alunos venham a apresentar precisam de estímulos para que sejam vencidas pelos mesmos. Cabe, então, ao professor proporcionar a eles maior diversidade de textos possíveis, oferecer um espaço rico de aprendizagem em todos os sentidos, compreender e interpretar de forma correta cada atividade desenvolvida por eles. Segundo Ferreiro (1989, p. 69):

Muito antes de serem capazes de ler, no sentido convencional do termo, as crianças tentam interpretar os diversos textos que encontram ao seu redor (livros, embalagens comerciais, cartazes de rua, títulos anúncios de televisão, estórias em quadrinhos, etc.). O estudo dessa atividade de interpretação de textos é pertinente para nossa compreensão dos processos de leitura.

Tendo como pressuposto tais concepções sobre leitura e escrita, o professor irá perceber que o acesso a esse mundo da leitura e escrita, para seus alunos, é essencial. Com esse contato, o aluno se familiariza com a linguagem dos livros, revistas, jornais, entre outros e começa a diferenciar a apresentação e formação das diferentes maneiras de ocorrências da língua falada da língua falada e escrita. Segundo Bolzan (1999, p.17):

Muitas crianças chegam à escola sedentas de saber. Há uma expectativa, por parte delas, de que, ao final do primeiro dia de aula, na primeira série, todas sairão lendo. A fantasia se mistura ao real e, como isso não acontece, evidentemente fica uma interrogação: Afinal, quando iremos ler e escrever”?

A ansiedade da criança afeta o aspecto emocional que precisa ser cuidadosamente trabalhado por parte do professor, sem pressão e atropelos, pois o tempo de cada aluno deve ser respeitado, sendo um momento único na vida de cada ser, onde as apreensões acontecem, quando ela já se encontra na fase de maturação necessária para a alfabetização. Bolzan (1999) ainda coloca que, os estudos recentes sobre a leitura e escrita têm deixado evidente a importância de fazê-los sob uma visão interdisciplinar, contemplando as mais diversas áreas do conhecimento.

A escola, como instituição do conhecimento sistematizado tem como função primordial garantir aos alunos uma orientação adequada, partindo da realidade e da bagagem cultural do educando. Muitas vezes a prática em sala de aula torna-se apenas um discurso, ficando somente na teoria, muito diferente da sua realidade. Já é de conhecimento do professor pesquisador e aquele que faz sua reflexão acerca do seu trabalho, sobre a importância da contextualização dos temas trabalhados em sala de aula. Do contrário, os temas trabalhados não tem significado para os alunos e o interesse por parte deles também fica comprometido. A escola que não se dedica em buscar conhecimento atualizado, e também não atende nas necessidades das crianças

acaba desconsiderando o processo em que a criança percorre ao compreender a leitura e a escrita e sua devida importância. Nesse contexto, pode-se dizer que

[...] é a "domesticação" do objeto que a escola faz. O objeto da escrita num mundo social é um objeto selvagem. Há todo o tipo de caracteres: maiúsculas, minúsculas, cursivas, grandes, pequenas e combinações próprias de cada língua. Existe uma escrita que a escola considera desorganizada, fora de controle, caótica. O que faz a escola? Domestica esse objeto, decide que as letras e as combinações são apresentadas em certa ordem e constrói seqüências com boa intenção de facilitar a aprendizagem. (FERREIRO, 1990, p. 33)

É preciso uma compreensão mais abrangente desse processo, buscar o conhecimento e a constante renovação de saberes. Cabe ao gestor estar sempre bem informados e refletir como está ocorrendo esse processo em sua escola, quais as mudanças necessárias para contemplar todas as necessidades que a realidade escolar tem demonstrado a todos, professores gestores, e a toda comunidade escolar.

Nessa problemática, ainda não podemos esquecer da criança das classes populares que não possuem acesso aos bens culturais. A maioria dos pais são analfabetos ou possuem baixa escolaridade e isto muitas vezes dificulta o processo de alfabetização da criança.

A escola sempre deve estar atenta aos seus alunos, conhecer bem sua clientela, saber como vivem, quais são suas maiores necessidades, para então elaborar seus planos de estudo e trabalho. Teberosky e Colomer (2003, p. 17) afirmam que em "determinadas famílias, as crianças interagem com materiais e tarefas de leitura e de escrita desde muito cedo. E essas interações provavelmente estão relacionadas e influenciam nas aprendizagens convencionais posteriores". Além disso, ressalta-se a importância de que os temas e propostas estejam contextualizadas com o meio social em que a criança vive para que a escrita tenha sentido. Isso significa que já ingressaram na escola com uma bagagem muito grande de conhecimentos sobre a leitura e a escrita, que irão auxiliar na construção de suas aprendizagens na escola.

Portanto, cabe à escola organizar propostas em sala de aula, dispor de materiais diversos, proporcionando desta maneira, um ambiente rico e diverso, em que a criança possa utilizá-los e interagir com os mesmos. É necessário que esse material para a

criança seja atrativo e esteja relacionado às atividades trabalhadas em sala de aula, ocorrendo sempre renovação deles, a cada certo período de tempo.

O mais importante e que deve sempre ser considerado é que o processo de aquisição da leitura e da escrita pode ocorrer em diversos lugares e nem sempre ela acontece de maneira formal, como na escola. Ela ocorre em locais em que a criança possa interagir e socializar-se com as demais pessoas. As crianças constroem a escrita cada vez mais cedo. Muito antes de vir para a escola elas já convivem com os símbolos da cultura, interagindo com portadores desde o nascimento. Conforme Ferreiro (1995, p. 42):

[...] as atividades de interpretação e de produção da escrita começam antes da escolarização, como parte da atividade própria da idade pré-escola; a aprendizagem se insere (embora não se separe dele) em um sistema de concepções previamente elaboradas, não pode ser reduzido a um conjunto de técnicas perceptivo-motoras.

A criança que convive em um ambiente favorável à leitura, com livros, letras, ouvindo histórias, desde pequena, já tem a possibilidade de iniciar a aprendizagem da escrita e da leitura mais cedo. Hoje não existem crianças, ao sentirem-se motivadas pelas condições que o ambiente fornece, na estejam quase, que alfabetizadas, no final desse processo, ou seja, saem da educação infantil com um conjunto intenso de conhecimentos em relação a compreensão da escrita.

A criança como aprendiz, interagindo com as letras, vai construindo sozinha hipóteses e estratégias para a escrita. Quanto mais ela interagir com as letras e materiais escritos de várias formas e contextos, mais ela vai adaptar-se as práticas alfabetizadoras. Democratizar o aluno ao acesso ao mundo letrado não quer dizer ser preciso enchê-lo de conteúdo, mas sim vivências que despertem o seu interesse. Assim Bragagnolo (2004, p. 52) afirma que:

A linguagem escrita encontra-se presente no cotidiano da criança de zero a seis anos e o contato com a mesma é absolutamente natural quando convive num meio cultural cuja língua possui modalidade de escrita. Assim, desde o nascimento, ela se envolve com essa cultura, a qual lhe permite atribuir significados as coisas de seu mundo, construir hipóteses sobre como elas funcionam, elaborar saberes acerca da escrita antes mesmo de ingressar no ensino fundamental, ou durante a primeira infância, nas creches e pré-escolas.

Dessa forma, a criança que possui contato com a linguagem escrita desde muito cedo influenciada pelo ambiente social em que vive, irá reconhecer a escrita como um objeto simbólico, havendo desta forma uma interação com leitores e com o material, garantindo um desenvolvimento mais ágil ao freqüentar a escola. Assim, dependendo do ambiente em que se encontra, há uma grande influência, além do papel do gestor, pois ao realizar intervenções e proporcionar meios para o desenvolvimento, e aos poucos ela irá socializar-se com seus colegas, interagindo e trocando ideias e conhecimentos.

Se no ambiente em que ela vive estão presentes vários tipos de linguagens, essas irão influenciar na construção da escrita e da leitura. A escola tem o papel de favorecer aos alunos um ambiente rico, com diversos portadores de texto, fazendo com que eles sintam-se motivados. Assim, a alfabetização torna-se algo natural, espontâneo e prazeroso, tanto para a criança como para o professor gestor que está acompanhando o aluno no seu dia-a-dia, percebendo os seus avanços que certamente serão surpreendentes.

1.1.1 O sujeito da alfabetização

Para falar de alfabetização é necessário se reportar ao sujeito que está envolvido nesse processo. Em nossa perspectiva, o sujeito da alfabetização é aquele que constrói o conhecimento da leitura e da escrita, interagindo com o objeto de conhecimento. A vontade e o interesse parte basicamente dele, da influência do ambiente, mas principalmente do contato com o objeto de conhecimento. Dessa forma, Bragagnolo (2004, p. 35) diz que:

A concepção de criança, até há pouco tempo, revelava um ser ideal e, dessa forma, foram sendo criados modelos de uma educação para esse sujeito – perfeito, ideal e abstrato, ignorando que esta criança, autorizada ou não, questiona, sente, ri, chora, ou seja, é um ser humano que sabe dizer o que pensa e o que quer.

A criança é vista como um ser que possui um grande potencial de desenvolvimento, é considerada um ser que está em permanente construção. Antes de realizar qualquer trabalho, temos de pensar na concepção de infância que assumimos, reconhecendo a criança com a qual convivemos atualmente, levando em conta as mudanças sociais e suas influências, pois a infância de hoje é muito diferente da de ontem. Assim, Friedmann (2004, p. 19) complementa: “[...] a infância é uma criação da sociedade, sujeito a mudar sempre que surgem transformações sociais mais amplas”.

E, partindo do pressuposto de que o conceito de criança depende das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, é possível dizer que ela, acompanhando esse processo, não é alguém que espera passivamente que o conhecimento lhe seja ensinado. Considera-se, então, que:

[...] no lugar de uma criança que espera passivamente o esforço externo de resposta produzida pouco menos que o acaso, aparece uma criança que procura compreender a natureza da linguagem que se fala a sua volta, e que, tratando de compreendê-la, formula hipóteses, busca regularidades, coloca à prova suas antecipações e cria sua própria gramática (que não é simples cópia deformada do modelo adulto, mas sim criação original). No lugar de uma criança que recebe pouco a pouco uma linguagem, tomando seletivamente a informação que lhe provê o meio. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p. 22)

Isso significa que a criança busca aprender sempre mais, muitas vezes por conta própria, mas se for estimulada pelo professor e também recebe apoio da gestão e coordenação pedagógica através de projetos que fortaleçam o seu vínculo com a escola, proporcionando um ambiente agradável e estimulador, onde a criança se sinta importante e respeitada, poderá dar ainda mais de si, construindo hipóteses e buscando novos conhecimentos.

Assim, Ferreiro (1989, p. 18) destaca que “uma criança piagetiana, essa que está nos desafiando a todo instante, essa que está em nossas escolas, é a criança que tenta compreender o mundo, que formula teorias experimentais acerca desse mundo; uma criança para quem praticamente nada é estranho”. A autora enfatiza ainda que “se pensarmos que elas são sujeitos que ignoram, que devem pedir permissão para aprender, poderemos então aceitar que são capazes de aprender, embora ninguém tenha dado autorização para tanto”.

Segundo Smolka (1999, p. 17). “do ponto de vista do construtivismo – do processo de estruturação do pensamento – piagetiano, o sujeito é o construtor do conhecimento”. Nesse sentido, podemos dizer que as crianças, desde muito pequenas, já observam a escrita e passam por vários níveis de conceitualização da mesma.

A criança, com a qual nos deparamos em sala de aula, é um ser curioso, alegre, que gosta de brincar e vibra de alegria juntamente com o professor gestor presente e os demais colegas na conquista de um conhecimento novo. A criança de hoje está cada vez mais esperta, pois, no mundo atual, pode estar em contato com materiais escritos, televisão, computador, internet e outros meios que o auxiliam para a compreensão e construção do conhecimento. O professor gestor, nessa situação, deve estar preparado para atender as mais diversas situações, pois o nível de exigência torna-se cada vez mais alto, cobrando do professor novas atitudes e comportamentos.

Diante dessa concepção, a escola, juntamente com o professor gestor, deverá orientar e auxiliar a criança, dando os subsídios adequados para que amplie a sua capacidade de se comunicar com o mundo, aperfeiçoando-se através da leitura e da escrita.

Uma alfabetização verdadeira vai além da decifração de códigos da escrita, pois proporciona ao sujeito ler e compreender o mundo a sua volta. Desenvolve habilidades para viver em sociedade, participando ativamente nas decisões da sua comunidade, opinando criticamente sobre os mais diversos assuntos, ajudando trilhar os caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

1.2 A gestão democrática e a prática educativa

Dentre as preocupações da gestão escolar responsável e interessada na aprendizagem do aluno deve estar a constante reflexão de como está sendo administrada e conduzido todos os trabalhos da escola, pois toda estrutura escolar depende dos rumos e encaminhamentos que todos que dela fazem parte, inclusive a equipe diretiva dispõe para o bom funcionamento da mesma. A concepção de Lück sobre gestão escolar deixa claro o que ela deve objetivar com seus trabalhos.

[...] gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço nos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento. (LÜCK, 2000, p. 11)

Nesse sentido, a autora aponta fatores essenciais para uma gestão escolar bem sucedida e que possa garantir aos alunos as condições de desenvolvimento para alcançar e vencer os desafios da sociedade contemporânea. Para tanto, buscar a participação efetiva de todos que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem de uma instituição é uma tarefa que necessita ter bem presente princípios bastante claros do que se entende por educação dentro de um processo mais amplo, o que é a participação e como ela deve ser conduzida, continuamente. O ponto de partida é uma reflexão, pois buscar a democratização na gestão escolar é um processo cheio de desafios. Mas, considerando sua importância, se deter, examinar, procurar alternativas para suas questões e proporcionar espaços para que a democracia realmente aconteça são passos importantes. Muitas vezes se tem uma visão errônea, ou mais cômoda, por entender que democracia é informar a todos o que está acontecendo e o que vai ser decidido.

Buscar o envolvimento direto de todos os segmentos da escola, priorizando o envolvimento de cada sujeito, ligado diretamente ou indiretamente à escola é muito importante, mas para isso é preciso abrir espaço, proporcionar abertura onde os momentos de reflexão de diferentes formas sejam possíveis, entre equipe diretiva, nos pequenos grupos, entre professores, funcionários, estendendo-os aos pais e alunos, valorizando a participação de todos nesse processo.

Dourado (2003, p. 21-22) salienta que no “cumprimento do seu papel e também na efetivação da gestão democrática, a escola precisa não só criar espaços de discussões, mas também possibilitar a construção de projetos educativos”. Fica claro, portanto, que a gestão democrática precisa primeiramente espaço de participação, em que os envolvidos tenham voz e vez. Esses espaços precisam ser mantidos e um planejamento se faz necessário, em que todos saibam e tenham bem claro para si quais os objetivos e metas pretendidas com esses trabalhos.

Compreende-se que o objetivo de se ter toda a comunidade participando efetivamente parece ser uma utopia e será considerado assim enquanto não tiver um trabalho sério para sensibilizar e mostrar a importância de um trabalho coletivo dentro das escolas, pois muitas vezes os pais dos alunos não sabem que podem colaborar para melhorar a educação de seu filho, pois acreditam que na escola somente os professores e a equipe diretiva tem essa competência. O papel dos pais na educação dos filhos é de fundamental importância, pois os valores e conceitos vem de casa e a escola passa a ser um complemento. Segundo Paro (2002, p. 13)

Outro aspecto importantíssimo do problema da participação da comunidade na escola, e que requer medidas corajosas, referem-se ao provimento de condições para que os membros das camadas exploradas participem da vida escolar. Não basta permitir formalmente que os pais de alunos participem da administração da escola; é preciso que haja condições propiciadoras dessa participação.

Desse modo, a gestão escolar requer medidas corajosas, isso quer dizer que é preciso mexer numa estrutura, que de certa forma é muito cômoda para muitos. Buscar outros caminhos, apresentar outras formas de gestão, em que o envolvimento e a participação sejam constantes por todos, é um desafio que requer muito trabalho e persistência por parte de todos os gestores.

A organização do trabalho coletivo e a participação de toda a comunidade escolar na elaboração de projetos e definição da aplicação de recursos financeiros se direcionam para uma gestão democrática. Dentre outras várias situações que surgem no decorrer do ano que precisam ser aproveitadas para chamar a comunidade escolar para fazer parte das discussões, cabe citar o momento da elaboração do PPP da Escola, o qual serve para orientar o trabalho pedagógico, da mesma e que na realidade poucos conhecem a existência do mesmo e sua importância.

Outro mecanismo de participação importante são as instâncias colegiadas como o conselho escolar, conselho de classe que é uma instância muito importante na avaliação dos alunos, o Grêmio Estudantil e também a Associação de Pais e Mestres. Através da implementação destas instâncias, se consegue a participação e consolidação de autonomia de todos os participantes. Nesse contexto, Dourado (2003, p. 20) corrobora ao destacar que:

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva e, desse modo, a sua efetivação na escola pressupõe a criação de instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, na construção do Projeto político pedagógico e na definição e acompanhamento da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

Além disso, o autor lembra que a participação de todos os segmentos da escola só será realmente efetivado se os agentes que compõem a comunidade conhecerem as leis que regem e também as políticas de Estado e governamentais propostas para a educação, as concepções que norteiam essas políticas, dentre outros aspectos.

Para que a participação seja realmente efetiva, a escola deve dar abertura, fazendo um chamamento e esclarecer a importância da participação e envolvimento de toda a comunidade escolar, para que juntos possam ter consciência da construção do processo educativo. Luck (2000, p. 45) coloca que:

O diretor eficaz é um líder que trabalha para desenvolver uma equipe composta por pessoas que juntamente são responsáveis por garantir o sucesso da escola. A ênfase principal da liderança está no papel de ensino, pois o líder deve ajudar a desenvolver as habilidades nos outros, para que compartilhem a gestão na unidade.

O gestor escolar, na sua administração, desempenha múltiplas funções. Estar devidamente preparado para atender as demandas da instituição escolar é necessário. Habilidade e competência farão com que o líder consiga desempenhar seu papel, elaborando e implementando projetos que assegurem um ambiente escolar propício. Deve estar presente na organização do currículo, planos de aula, PPP e outros. A capacitação do profissional que exerce a gestão escolar deve servir para que o grupo tenha segurança em todos os sentidos, tendo a certeza que todos os recursos estão sendo bem administrados, tanto os humanos como os financeiros e físicos. Outro desafio do gestor é o de buscar o envolvimento de todos os interessados pela educação das crianças, oportunizar realmente a participação na tomada de decisões, relativo às atividades curriculares, culturais, elaboração do calendário escolar, horários de aula, atuando na política global da escola e na construção do PPP. Esse trabalho acaba sendo dividido e as responsabilidades também, o cumprimento das regras e

outras obrigações são levados mais a sério, pois as mesmas foram elaboradas em conjunto.

Sabe-se que a reflexão acerca do trabalho desenvolvido é muito importante e deve ser realizado em todos os momentos, ao iniciar um projeto, no decorrer dele e, principalmente, se ele está atingindo os objetivos pretendidos. Por mais forte que seja a opressão de todo um contexto social, cultural, político e econômico que se encontra estabelecido em nossa sociedade, este por muitas vezes acaba reprimido, projetos que demandam de esforços maiores e coletivos e necessitam muita compreensão e conhecimento, principalmente muita persistência, pois muitas vezes os projetos mais complexos são vencidos pelo cansaço de não se conseguir alcançar resultados em curto e médio prazo.

Para tanto, um clima de confiança, abertura ao diálogo, de repensar o instituído, compreendê-lo, e encontrar um novo modo de fazer o trabalho coletivo se faz necessário. Para Saviani (apud FERREIRA, 1995, p. 23) “refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado”. Desse modo, o processo de reflexão pode se dar antes ou após a ação, não implicando, no entanto, a necessidade de deixar de pensar durante a ação.

Um trabalho pautado numa gestão democrática requer inovação, desmistificar preceitos, pois estamos acostumados a simplesmente repetir modelos prontos, existentes, sendo assim fica muitas vezes difícil direcionar o trabalho para ações coletivas, participativas. O caminho que caracteriza essa ação parece-nos estar pautada na sensibilidade para identificar problemas, discernimento para percebê-los, romper com visões tradicionais, onde o poder de decisão centralizado cede lugar para discussões em grupo, assim como os interesses particulares sejam ignorados perante os objetivos coletivos. Mostrar para os educandos que não podemos e nem devemos deixar de participar da vida da escola e somente ser comunicado das decisões e acatá-las. A educação está precisando do comprometimento real dos sujeitos que a conduzem. Segundo Paro (1997, p. 11):

Um sistema hierárquico que pretensamente coloca todo o poder nas mãos do diretor. Não é possível falar das estratégias para transformar o sistema de autoridade no interior da escola, em direção a uma efetiva participação de seus diversos setores, sem levar em conta a dupla contradição que vive o diretor de

escola hoje. Esse diretor, por um lado, é considerado autoridade máxima no interior da escola, e isso pretensamente, lhe daria um grande poder e autonomia; mas, por outro lado, ele acaba se constituindo, de fato, em virtude de sua condição de responsável último pelo cumprimento da lei e da ordem na escola, em mero, proposto do estado.

A valorização da participação e contribuição que cada elemento que compõem a família escolar pode dar precisa ser destacada no grupo (equipe diretiva, educadores, conselho participativo, associação de pais e mestres), organizar o trabalho que garanta o crescimento de todos, oportunizando espaços reflexivos, em que as relações sociais fazem parte das discussões provocando um repensar dos acontecimentos dentro e fora da escola. Aproximando professores, alunos, escola e pais, enfim promover a sintonia de toda a comunidade escolar, certamente irá produzir o sucesso do ensino.

As administrações escolares estão acostumadas a simplesmente repetir modelos prontos, sendo assim fica difícil percorrer por caminhos desconhecidos, perceber a importância de o trabalho ser desenvolvido em grupo. Assim, não conseguem visualizar que é possível e necessário que todos se comprometam realmente com a educação do seu filho, ou do seu aluno, somente é preciso que alguém tome a iniciativa de preparar e buscar projetos que tenham esses objetivos, e ninguém melhor que a equipe diretiva para idealizar esse projeto.

Em meio a tantas mudanças que vem ocorrendo na educação, se caracterizando como uma prática cada vez mais complexa, ela já não é mais vista como responsabilidade somente atribuída à escola. Sabe-se que é um conjunto de fatores que marca a educação, embora ainda não esteja bem claro para a comunidade e muitas vezes para o próprio educador que tipo de educação as crianças estão realmente necessitando. Vasconcellos (1999, p. 189) destaca que:

O conhecimento da realidade vai se dar pela pesquisa (levantamento de dados da instituição) e análise (estudo dos dados no sentido de captar os problemas, os desafios, bem como os pontos de apoio para o processo de mudanças da realidade institucional). A análise visa apreender o movimento do real. Como vimos, as necessidades da instituição emergem da investigação analítica e/ou do julgamento (avaliação) que se faz da realidade, do confronto entre o real e o ideal.

Vasconcellos (1999) aponta para a importância de investigação e da análise da realidade, confrontando com o desejado, o ideal para o grupo. Percebe-se, mais uma vez, que um trabalho em grupo faz toda a diferença, pois dessa forma os problemas e as possíveis soluções podem ser expostos no sentido de buscar juntos uma solução.

A instituição de ensino que ainda não valoriza a participação como elemento fundamental na construção de uma escola mais igualitária, não optou, portanto, pela efetivação da democracia. Vasconcellos (1999, p. 162) menciona que “os sujeitos precisam ser despertados para uma nova consciência pela convivência reflexiva, e isto permite a cada um assumir uma tarefa num nível cada vez mais profundo e crítico”. Analisando as falas do autor parece-nos tão distante esse objetivo, de buscar uma convivência democrática, em que cada integrante da comunidade tenha consciência da importância do espaço escolar, ou seja, faz-se necessário ter ativamente a participação de todos.

1.2.1 O poder da comunicação

Liderança é uma função administrativa que deve ser exercida com muita habilidade e competência. Uma gestão democrática promove o planejamento participativo, procura entender as necessidades dos sujeitos. Vianna (1986, p. 32) levanta nove pontos que tornam o planejamento participativo mais efetivo nas escolas, e faz mais democrática, fazendo que todos que dela fazem parte exerçam seu direito e também o dever de participar da vida escolar das crianças. Dentre eles estão:

1º. As atividades do planejamento participativo não podem ser pré-estabelecidas ou determinadas, porque expressam as necessidades da comunidade, variando com o tempo ou com o grau de maturidade, política e social dos integrantes do grupo.

2º. A exigência do engajamento político, como atitude comprometida como planejamento participativo visando a uma ação que promova os interesses do grupo, em função da dignidade do ser humano considerado individual e em grupo.

3º. A desconfiança dos elementos do grupo ou da comunidade em relação ao processo de crescimento do outro ou do grupo engajado no processo de planejamento participativo, a revelia da organização social vigente.

4º. A compreensão de que liderança múltipla é comum em situações participativas.

5º. A pseudo-neutralidade do planejador e seus agentes técnicos que lhe impõem uma opção prioritária e imprescindível: favorecer a maioria carenciada ou colocar-se a serviço da minoria opressora.

6º. A supervalorização da técnica não permitindo que as soluções resultem do grupo.

7º. A inexperiência do povo brasileiro no exercício da ação democrática.

8º. A inércia do brasileiro oriunda dos anos de obediência cega e silenciosa.

9º. O medo por qualquer tipo de mudança que exija novo posicionamento e nova estruturação. (VIANNA, 1996. p. 32)

A autora acima cita importantes itens que precisam estar presentes num planejamento participativo. Observar esses itens e definir uma linha de trabalho irá facilitar e nortear a ação conjunta da escola.

Assim, prever devidamente um projeto irá esclarecer e tornar o trabalho mais fácil de ser realizado. A equipe diretiva tem primeiramente a tarefa de conquistar as pessoas que estão envolvidas neste processo. Sem a devida aproximação do grupo e o entrosamento será difícil conseguir com que todos se comprometam com esse trabalho.

Logo, o gestor deve analisar constantemente o processo e o andamento da sua gestão. A comunicação entre o grupo é cada vez mais necessária, pois a contínua explosão de conhecimentos e informações precisam ser assimilados e selecionados, conforme as necessidades do grupo. A comunicação é um mecanismo importante, pois através dela o gestor pode manter o funcionamento interno e estar bem informado e apto a exercer as modificações necessárias e oportunas. A gestão que procura percorrer o caminho da democracia deve ter como propósito a comunicação efetiva de toda e qualquer mudança que será realizada, bem como as dificuldades que a instituição está passando, enfim tudo que se passa com a escola. Portanto, o sucesso como líder está muito ligada a sua habilidade em comunicar-se com os professores, funcionários e pais e alunos.

O sucesso da comunicação dentro da escola é consequência do tipo de relação que se estabeleceu dentro da organização escolar, como isso foi trabalhado ao longo do tempo. É importante lembrar que o comunicador precisa ter certos cuidados ao passar uma informação, pois elas são recebidas e processadas, pelo receptor a partir de suas vivências e conhecimentos. Picawy (2007, p. 114) coloca da seguinte forma sua visão sobre comunicação:

Na gestão de instituição de ensino a comunicação que se efetiva com eficiência, efetividade e relevância perpassa os níveis estratégicos, táticos e operacionais, oportunizando um entendimento e uma clareza das relações técnicas, pedagógicas e humanas trazendo a cultura das humanidades para a comunidade escolar. Quanto mais competentes forem as veiculações comunicativas na gestão de pessoas e de processos, maior e mais alta a qualidade da educação.

Conforme a autora, a qualidade da comunicação tem poder decisivo na qualidade do ensino, valorizando as culturas que favorecem os entendimentos técnicos, pedagógicos e principalmente humanos. A comunicação está presente em todas as atividades humanas e pode ser feita de varias formas, pois é parte integrante das relações entre indivíduo e entre grupo.

A cultura, sentimentos e as experiências passadas influenciam na maneira como a pessoa irá receber e interpretar uma mensagem. Cada pessoa interpreta as palavras que recebe de acordo com seu mundo interior, em que os sentimentos afetam grandemente a compreensão dos fatos, onde o comunicador não tendo o apreço e confiança do receptor, pode influenciar na aceitação ou não da mensagem, e ainda interpretar de forma que não venha a contribuir para a relação do grupo.

1.2.2 A caracterização do Projeto Político Pedagógico

A gestão democrática é tema de várias pesquisas, já foi muito discutida, e comprovada a sua importância na educação. Uma escola que se quer pública, de qualidade e verdadeiramente democrática deve ter como um de seus princípios a construção coletiva de projetos, a socialização das decisões e a divisão de responsabilidades, levando os integrantes do grupo a exercer permanentemente a sua cidadania.

Definir metas e trabalhos a serem realizados durante a gestão escolar, começando pela construção do PPP é essencial, dentro da visão de gestão democrática, o trabalho de elaboração desse projeto deverá acontecer com a efetiva participação de toda a comunidade escolar. Somente com a participação de todos, pais, alunos, professores, colocando suas ideias, opiniões, buscando juntos sanar as necessidades da escola, verificar o que precisa mudar dentro do contexto escolar, o

que se espera da escola enquanto instituição formal do conhecimento, constitui buscar uma proposta pedagógica transformadora. Uma proposta que, de uma maneira investigativa, repense a escola, estabelecendo uma relação próxima entre ela e sua comunidade, para que esta se torne, efetivamente um agente de transformação social. Segundo Vasconcellos (1999, p. 169), “O projeto político pedagógico envolve também uma construção coletiva do conhecimento. Construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento”.

A visão de Nóvoa (1995) alerta sobre a falta de reflexão no funcionamento das escolas. É importante, no entanto, salientar que a reflexão só tem sentido se servir como referencial para a ação e conseqüentemente a mudança.

Toda a prática educativa é sustentada por uma práxis, que, como afirma Freire (1987, p. 92), “é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. Freire aponta para o resgate da prática transformadora e a análise da realidade geral, do contexto econômico, histórico, social e cultural.

A prática concreta da elaboração do PPP dentro de uma perspectiva democrática participativa gera conflitos e apresenta dificuldades, exige o respeito entre os diferentes saberes, compreender o conflito e saber administrá-lo democraticamente. Os objetivos que são pretendidos devem ficar claros entre os membros, a conscientização de que a partir da definição do projeto que a escola irá começar a nortear e elaborar o seu regimento escolar. Esse instrumento deve ser um importante aliado na organização e definição de metas, ações e finalidades escolares.

O PPP precisa ser a referência mais importante para a gestão escolar. Portanto, fica evidente a necessidade do verdadeiro comprometimento com o mesmo e a seriedade com que ele deve ser tratado. Vasconcellos (1999, p. 171) salienta que “a direção da escola acaba se perdendo do foco principal, preocupado com os atropelos diários da escola”. Muitas vezes esses atropelos diários acabam fazendo com que as reflexões não aconteçam sobre os rumos que a escola está tomando, se está conseguindo atingir o que foi proposto na elaboração do Projeto Político Pedagógico, ou não. Vasconcelos (1999, p.171) diz que:

O nosso risco, porém é este: somos devorados pelo urgente e não temos tempo para posicionarmo-nos diante do importante, frente a tantas dificuldades, por que a escola deve se interessar pelo projeto. Ora, a função do projeto é justamente ajudar a resolver problemas, transformar a prática e, no limite, tornar menor o sofrimento. O projeto educativo não é algo que se coloca como um a mais para a escola, como um rol de preocupações que remete para fora dela, para questões estratosféricas. Pelo contrário, é uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da escola.

O contexto escolar apresenta inúmeras preocupações que são verdadeiros desafios, como mudanças freqüentes no comportamento dos alunos e da comunidade em geral. Frente a essas mudanças a escola, além de ter a função de ensinar o conhecimento sistematizado, assume-se a responsabilidade de desenvolver as habilidades sociais. A escola precisa buscar o envolvimento da família e promover a integração, buscando caminhos para que tal relação não fique no vazio, e seja significativa. A família precisa assumir uma posição de colaboradora efetiva nas escolas. Martins (1997, p. 53) ressalta que “a construção da cidadania envolve um processo ideológico de formação e também da consciência pessoal e social, e desse processo devem resultar os direitos e também os deveres que temos diante da vida social”. A autora aponta para as lutas contra as discriminações, a abolição de barreiras segregativas e os tratamentos desiguais, ou seja, pela extensão das mesmas condições de acesso às políticas públicas e pela participação de todos na tomada de decisões.

Em relação aos projetos de participação, não podem ser organizados de maneira a impor uma ideia ou vontade, mas devem ser resultados de um processo de questionamentos e de formação, no qual a maior parte da comunidade educativa esteja envolvida. Vasconcellos (1999, p. 172) questiona sobre “a atuação de qualquer forma sem a devida organização, condicionado pelas pressões do ambiente (rotinas, ideologias)”. Para o autor é fácil seguir modelos prontos, difícil é realizarmos uma ação consciente, que de fato corresponda às reais necessidades.

Estar disposto a mudar e buscar outras maneiras de administrar, requer do gestor muita disposição e discernimento sobre tudo que irá fazer, sempre apoiado na certeza que as mudanças irão trazer benefícios para todos os integrantes da escola, concentrando seus esforços numa participação conjunta em todos os momentos.

1.2.3 O planejamento participativo

Partindo do pressuposto de que somos seres com um potencial extraordinário, produtores e autores da nossa história, a educação é direito e condição para que cada sujeito construa sua identidade e sua autonomia, isto é, a capacidade de traçar seus objetivos de vida e valores que orientam o ser humano em sua vida. Os projetos escolares, dentro de seus objetivos, devem procurar valorizar a cultura, a singularidade dos sujeitos, numa perspectiva de proporcionar a evolução e o compromisso com o conhecimento coletivo, em que todos se percebem capazes de evoluir.

A verdadeira escola democrática não se fecha atrás de muros, deve propor-se a criar “pontes” com a comunidade, em que o fazer político pedagógico que a superação dos altos índices de reprovação e evasão, a organização do conhecimento possa romper com a fragmentação e com os conteúdos fora da realidade do aluno. Espaço onde a organização está preocupada com a qualidade do seu conhecimento, em que mostrar aos alunos que é possível, no coletivo, transformar uma escola, focal em que todas as ações são fruto de um planejamento participativo, em que toda a comunidade é protagonista na construção do PPP.

Nesse contexto, Garcia (1994, p. 59) destaca que “somente através da leitura e discussão ampla dos problemas educacionais se encontrará o caminho para a mudança”. A autora ainda contribui ao falar da importância de encontros entre professores do mesmo componente escolar, orientados pelo coordenador escolar, discutindo com seu grupo planos específicos para o trabalho desenvolvido em sala de aula, bem como trocas de ideias e informações sobre metodologias. Esses momentos também são aproveitados para se rediscutirem as decisões tomadas em relação à prática da sala de aula.

Possibilitar momentos de discussão e trocas de experiências são muito válidos, para um maior entrosamento entre os professores e abre a possibilidade para que novas ideias surjam a partir desses encontros. Segundo Veiga (1998, p. 105):

O grupo de estudos foi instrumento essencial que favoreceu a reflexão teórica e a ação pedagógica do professor, visto que só na práxis os docentes puderam perceber a necessidade de mudar a maneira de trabalhar com os alunos. Essa condição objetiva foi importante, mas não seria suficiente se não houvesse a

vontade do profissional para a transformação. Mas a existência das condições objetivas ou possibilidade, ou liberdade ainda não é suficiente: é necessário conhecê-las e saber utilizá-las. Querer utilizá-las.

Acredita-se que é necessário os professores gestores envolverem-se diretamente em todos os projetos da escola, para que a mudança em sala de aula realmente aconteça. Incentivar o professor gestor a buscar a competência e habilidades de um bom professor, buscar a formação continuada, através da constante atualização dos seus conhecimentos, pois as exigências que a sociedade impõe ao profissional fazem com que essa atualização seja necessária para acompanhar as mudanças provocadas pela globalização.

Os coordenadores educacionais devem estar abertos para o acolhimento dos professores, auxiliando a sua prática, sendo um suporte para os mesmos em todos os momentos, principalmente na fase inicial da vida escolar da criança no seu processo de alfabetização. Há necessidade que os acontecimentos dentro da sala de aula sejam discutidos fora dela, entre todos os educadores da escola. Colocar e discutir os problemas no grande grupo possibilitam o avanço das práticas pedagógicas. É através da reflexão individual e grupal que podemos fazer profundas rupturas e começar a produzir conhecimentos significativos.

É atribuição da equipe diretiva estar sempre alerta aos problemas da aprendizagem, para ajudar o professor a encontrar as melhores estratégias de ensino. Além de incentivar o uso de novas metodologias e tecnologias, o diretor deve promover a discussão permanente de assuntos pedagógicos e outros que permeiam a educação. Garcia (1994, p. 78) ressalta:

[...] a importância de uma ação integrada, fortalecida pelo supervisor e orientador educacional, de cunho libertário e democrático. Para tanto, é necessário e indispensável o conhecimento de fato dos problemas e necessidades da escola. E conseqüentemente uma postura crítica frente à realidade.

Reforçando a importância da ação coletiva no planejamento e principalmente do serviço de coordenação pedagógica, Luckesi (1991, p. 30) afirma que “uma escola

para funcionar coerentemente, necessita do planejamento e da ação coletiva do corpo docente juntamente com as outras instâncias pedagógicas e administrativas”.

Nas palavras do autor, podemos perceber como ele ressalta a importância do planejamento participativo, do professor junto com a equipe diretiva e outras instâncias. Além do planejamento de suas atividades e conteúdos desenvolvidos dentro da sala de aula, os educadores precisam planejar os objetivos e metas que querem alcançar em conjunto.

O planejamento vai muito além de simplesmente preparar o conteúdo das aulas, está comprometido como a efetiva aprendizagem dos alunos. Para isso, o ato de planejar necessita de uma reflexão mais aprofundada das ideias que a norteiam. De acordo com Ferreira (1995, p. 15), “na prática educativa jamais haverá lugar para a improvisação, para a rotina. Uma ação planejada é uma ação não improvisada, uma ação improvisada é uma ação não planejada”. A esse respeito, complementa Vasconcellos (1999, p. 159), quando destaca que um dos grandes problemas relacionado com o planejamento está na resistência de planejar.

Um dos problemas apontado pelos coordenadores e orientadores é a resistência dos professores ao planejamento. Já procuramos analisar as causas disto. Por outro lado, os professores levantam uma incoerência da equipe: ao mesmo tempo que cobra tanto, não se percebe idêntico empenho na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, nem ainda na elaboração dos planos dos próprios serviços (supervisão, orientação, direção). Somando a isto, sentem que são denunciados em sua alienação, mas não vêem semelhança na denúncia da estrutura da escola.

Uma compreensão mais ampla sobre a nossa responsabilidade frente à educação que ora se apresenta, deve ser um exercício de todo educador, pois a sociedade espera dele uma posição e ação mais concreta. Frente a tanta responsabilidade, a reflexão deve ser constante sobre a nossa prática e contribuição para a evolução da educação de nosso país. Não é mais aceitável e compreensível esperar somente que o outro faça a mudança acontecer. Uma autocrítica nos revelará muitas coisas, uma delas é o questionamento e avaliação sobre o que estamos fazendo e como estamos fazendo. Freire (1996, p. 38) nos convida para a “reflexão crítica, [pois] a prática docente crítica implica em pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”. O autor ainda ressalta a importância

da vigilância do bom senso, que é fundamental sobre avaliação que se deve fazer constantemente sobre a prática realizada.

1.3 O papel da escola e dos seus gestores

A leitura e a escrita são fundamentais, pois é através dela que a criança adquire meios básicos para desenvolver outras capacidades cognitivas. É fundamental que o professor que acompanha a criança nesse processo conceba a linguagem como um produto que está presente em nosso meio e foi construído pelos homens. Segundo Ferreiro (1995, p. 43), a criança não é um produto da escola, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade.

Na mesma direção, para Gontijo (2002, p. 2), “a escrita é uma produção humana, um objeto cultural com qualidades especiais, pois, de posse desse conhecimento, os indivíduos podem acessar novas, variadas e complexas formas de conhecimento”. Isso implica numa concepção mais ampla de alfabetização, compreendendo a língua escrita como algo que necessita ser refletida para se compreender e trazer à tona conhecimentos prévios.

Assim, entende-se que a criança precisa vivenciar todos os momentos do processo da alfabetização, como sujeito que constrói conhecimento.

A alfabetização é um processo discursivo: a criança aprende a ouvir, a entender o outro pela leitura; aprende a falar, a dizer o que quer pela escrita. (Mas esse aprender significa fazer, usar, praticar, conhecer. Enquanto escreve, a criança aprende a escrever e aprende sobre a escrita). Isso traz para as implicações pedagógicas os seus aspectos sociais e políticos. (SMOLKA, 1999, p. 63)

A escola, juntamente com o seu grupo de gestores, cabe pensar num processo contínuo, interessante, que desafie as crianças e trabalhe com a estrutura da língua a partir do que já sabem.

É preciso alfabetizar as crianças estimulando o hábito da escrita e da leitura, por meio de diversos materiais pedagógicos, auxiliando para que a criança aprenda de maneiras diversificadas. Assim, como Lerner (2002, p. 17) diz:

Agora, para concretizar o propósito de formar todos os alunos como praticantes da cultura escrita, é necessário reconceitualizar o objeto de ensino e construí-lo tomando como referência fundamental as práticas sociais de leitura e escrita.

Este é outro desafio dos anos iniciais do ensino fundamental: encontrar meios para que a criança torne-se praticante e construa o hábito da prática da leitura e da escrita. E cabe lembrar que no processo de alfabetização é fundamental estudar a história da escrita na criança, descobrindo suas habilidades e conhecimentos, conhecer qual é a sua relação com a escrita, resgatando a infância, conhecendo-a de perto, descobrindo seus interesses e desejos.

É fundamental oferecer uma variedade infinita de materiais a fim de despertar o aluno para o mundo da leitura e da escrita. Da mesma forma, cabe à escola buscar saídas para que o processo ocorra através de recursos pedagógicos.

Considerando a concepção de que vivemos num meio cultural muito rico e que nossa sociedade convive com a escrita, a escola necessita acompanhar os elementos que a cultura oferece, pois ao contrário, estará deixando de atrair o aluno. Além disso, quanto mais portadores de texto disponibilizar, maior possibilidade de interação com a língua escrita vai permitir. Teberosky e Colomer (2003, p. 122) falam que “a presença do material real permite que a criança interaja e aprenda com ele”. Dessa forma, os alunos aprenderão a ler, observando a estrutura das letras e das palavras. Há diversos fatores que contribuem nesse sentido, por exemplo, ao observar vários textos escritos, as crianças observam e aprendem como é a estrutura de um texto.

Os professores gestores pensam na importância de possuir vários materiais na alfabetização das crianças, mas consideramos que também não podemos esquecer a qualidade dos mesmos, levando em conta o que as crianças podem aprender interagindo com eles, e isto irá resultar em sua formação, em seu processo de alfabetização.

Os gestores devem estar sempre cientes da importância de aproveitar o que a criança já traz consigo para desenvolver propostas interessantes, considerando sua realidade e seus conhecimentos prévios. Isso significa que o gestor deve levar em conta e trabalhar sempre de acordo com a realidade em que o aluno está inserido, tudo inicia pelo estudo do seu meio. Ferreiro (1995, p. 37) em seus estudos escreveu que:

A língua é um objeto de uso social, com uma existência social (e não apenas escolar). Quando as crianças vivem em um ambiente urbano, encontram escritas por parte, letreiros de rua, vasilhames comerciais, propagandas, anúncios de teve, etc...) No mundo circundante estão todas as letras, não em uma ordem preestabelecida, mas com uma freqüência que cada uma delas tem na escrita da língua.

Reitera-se que a criança vem para a escola com uma gama de conhecimentos, pois no “mundinho” em que ela mora está rodeado de palavras e letras que fazem com que ela entre para a escola com um conhecimento mais avançado, aos poucos vai sendo construído na interação com o professor gestor e o grupo de alunos. Assim, o papel da escola se constitui em organizar propostas que contemplem a interação desse conhecimento prévio com um conhecimento novo.

Os professores gestores devem lutar para garantir um espaço de formação continuada, atualizando e buscando sempre mais conhecimentos, pois como sabemos a educação é contínua, assim, ele precisa buscar sempre novos meios e alternativas para que o aluno aprenda. Nessa direção Benincá e Caimi (2002, p. 39) destacam a ideia de que “o conhecimento é de posse do professor, a quem cabe informar e conduzir o aluno o sujeito pedagógico recai no professor”.

Estar em formação continuada significa buscar novos conhecimentos, admitir que é preciso saber sempre mais, analisar sua prática, ver se a mesma encontra-se de acordo com a teoria e o que pensam os pesquisadores, os filósofos e os sujeitos que ao longo das décadas têm contribuído com a educação, buscar espaço no coletivo para discutir no grande grupo, ter um olhar de investigação, se propor a discutir suas ideias, sabendo opinar quando aparecerem os obstáculos e também tomar as suas próprias decisões. Nesse sentido, Benincá e Caimi (2002, p. 137) destacam que:

A prática pedagógica é sempre nova e, por isso, inesgotável na produção de conhecimentos pedagógicos. Por ser o processo investigatório também um processo de auto formação, não atualiza apenas conhecimentos, mas transforma, permanentemente, o pesquisador.

Por isso, alguém que se assume como professor gestor busca algo mais. Diante destes fatos, a prática educativa dos educadores envolve uma constante busca de estudos, procedimentos e atividades pedagógicas, que favoreçam o desenvolvimento

do grupo, oportunizando aos mesmos o hábito pela leitura e a escrita. É através delas que os professores gestores necessitam ter em mente que deverão formar seres críticos, capazes de ler e assumir a sua posição na sociedade.

Cuberes (2002, p. 29) afirma que “ser educador inicial envolve todo um compromisso com as crianças, com os seus iguais, com a sociedade e consigo mesmo”. Sabemos que o sujeito constrói o seu próprio processo de conhecimento da leitura e da escrita através da socialização e das experiências e interações com os outros, e que cada um irá buscar novas possibilidades de produzir e apropriar-se dessa linguagem.

A gestão democrática da escola requer a participação de todas as pessoas da comunidade escolar, pois cada um tem sua parcela de contribuição na responsabilidade de educar e acompanhar o processo de desenvolvimento das crianças, pois elas se encontram na fase de formar suas idéias e conceitos sobre a sua vida e a da sociedade como um todo.

A gestão democrática da educação formal está associada aos mecanismos e às organizações de movimentações que desprendem a participação na formulação de políticas educacionais de planejamento e na tomada de decisões, buscando a transformação da sociedade e da escola, através da participação e construção da cidadania.

Os gestores democráticos devem acreditar que todos juntos tem mais chances de encontrar caminhos e expectativas da sociedade a respeito das situações dos seus alunos que se encontram no processo de alfabetização. Segundo Medeiros e Luce (2006, p.15),

No Brasil não tem sido de outra forma. O principal debate sobre a gestão escolar toma vulto a partir de 1970, quando a luta de classe trabalhadora pelo direito de seus filhos à escola pública impõe a reflexão sobre os motivos da falta de vagas, das altas taxas de reprovação e do conseqüente abandono escolar, assim como das condições precárias nas instalações escolares e da limitada profissionalização do magistério.

Em 1980 os professores passaram a conquistar com a valorização e formação e denunciar os apadrinhamentos políticos. As mesmas autoras também afirmam que:

Pensar a gestão democrática da educação é, portanto, refletir sobre estas e outras idéias, sempre e todas como parte de um conjunto de elementos implicados entre si - democratização do acesso e permanência/continuidade nos estudos, democratização dos saberes que dão passagem à cidadania e ao trabalho, participação nos processos de planificação e decisão, relações de autonomia – e sua inserção em um projeto mais amplo de democratização da sociedade, do qual a educação é constituída e constituinte. (MEDEIROS; LUCE, 2006, p. 32)

A fundamentação de gestão democrática está na constituição de promover condições de igualdade em um espaço público, criar um ambiente de trabalho coletivo que vise a superação do sistema educacional, possibilitando inter-relação da sociedade em geral na ampliação dos conhecimentos culturais.

Concretizar uma educação baseada em princípios democráticos requer a participação de todos próximos à escola e ligados a sala de aula.

Ao pensar em gestão democrática da escola é preciso compreendendo-la em sua plenitude, como uma ferramenta importante na consolidação e implementação da verdadeira democracia, não aquela que é camuflada, pelos interesses de um pequeno grupo, mas sim aquela democracia que liberta, que alimenta a esperança de condições iguais a todos as pessoas, pertencentes a qualquer classe social, religião, raça e cor. Luck (2006, p. 33) afirma que:

O que a escola precisa fazer, em todas as experiências que realiza, é promover o desenvolvimento de competências significativas do aluno, tendo como foco as necessidades que o mesmo enfrenta e enfrentará, em cada estágio de sua vida, que, em última instância, demandam que ele aprende a compreender a vida, a sociedade e si mesmo inserindo neste contexto e dele participando como influente e influído.

A escola democrática é aquela que realiza um trabalho orientado e desenvolvido em conjunto. Cada vez mais, se percebe que em razão dos próprios movimentos e conceitos sociais que se solidificam, surge também nos espaços familiares a certeza de que a família precisa ser co-participante do processo educativo, e para que isso realmente aconteça, é de suma importância que ela ocupe o espaço que lhe é devido nas instituições de ensino, nos momentos de discussão, de decisão, de escolhas de rumos, inclusive estar bem a par do processo educativo de seu filho em todas as dimensões. Assim, passa a família a entender que a escola precisa diretamente de seu

apoio e de seu trabalho, para que ocorra o alcance dos objetivos que se buscam em relação a melhores resultados, no que diz respeito à educação.

CAPÍTULO 2

2 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO SOB A ÓPTICA DE PROFESSORES GESTORES

A pesquisa foi realizada com os professores gestores da escola em que atuo como professora alfabetizadora de uma turma de 1º ano do ensino fundamental. O estudo procedeu-se através da aplicação de um questionário à três professores gestores que atuam na coordenação pedagógica Escola Presidente Costa e Silva, do município de Tapera.

A pesquisa teve como objetivo principal conhecer qual é a concepção de alfabetização que norteia os trabalhos desenvolvidos na escola, pois a aprendizagem é consequência da interação com o outro, as trocas de experiência que são vivenciadas dentro e fora das instituições escolares, por isso um trabalho bem desenvolvido por parte desses profissionais, orientando e auxiliando os professores na tarefa de conduzir a aprendizagem das crianças é essencial para atingir a qualidade na educação.

A professora 1 possui sua formação na área de Orientação Educacional, a professora 2 é graduada em Letras, Português e Espanhol, com pós-graduação em Gestão escolar, e por fim a professora 3 possui Licenciatura Plena em Matemática e pós-graduação em Psicologia Clínica e Institucional. O tempo que atuam como professores é considerável, pois a professora 1 possui vinte anos de experiência, a professora 2 possui quatorze anos e a professora 3 não respondeu essa questão, sendo que as três professoras possuem experiência como alfabetizadoras.

No que se refere às concepções acerca da alfabetização, as professoras 1, 2 e 3 destacaram, respectivamente, que:

Alfabetização não é só soletrar palavras ou escrever seu nome. Pessoa alfabetizada precisa saber ler e escrever, compreender, interpretar e transmitir suas idéias orais ou escritas. Investigar o conhecimento que os alunos trazem consigo para a escola deve ser o ponto de partida para o planejamento da prática escolar. A leitura e a escrita são objetos de conhecimento para a apropriação de outros conhecimentos. A alfabetização é um processo lento. (PROFESSORA 1)

Alfabetizar não é apenas decodificação de palavras, mas também a compreensão e interpretação daquilo que se lê. (PROFESSORA 2)

Alfabetização é a decodificação de sílabas e palavras, porém é também a compreensão do que se lê. (PROFESSORA 3)

A partir do exposto, nota-se que alfabetizar vai muito além da decodificação de palavras. Naturalmente o homem usa as palavras para se comunicar e se expressar. A escola é um dos lugares onde ele começa a tomar consciência dessa possibilidade. Então, começa um processo que deve ser bem conduzido em todos os aspectos. O professor gestor tem a sua disposição muitas maneiras de apresentar o mundo letrado para as crianças, até por que nem todas elas aprendem da mesma forma, cada uma tem suas características próprias, suas dificuldades e facilidades que precisam ser levadas em conta nesse momento que caracteriza sua alfabetização.

Nas falas das professoras pode-se perceber claramente a preocupação da importância do professor desenvolver um trabalho voltado a promover a competência do aluno no sentido de leitura e escrita, podendo fazer a relação e comparação entre um texto e outro e também compreender e transmitir a mensagem que está exposto em qualquer tipo de texto. Conforme Danyluk (1991, p. 33), “instituições escolares tem tido uma ocupação ou preocupação com métodos para ensinar a ler e não com o significado daquilo que está implícito na comunicação escrita”. A autora ainda diz que quase sempre o aluno aprende de forma mecânica e inseqüente, o que faz com que o aluno seja tratado como um objeto de leitura e não um sujeito da mesma. A preocupação do professor sempre fica muito restrita em somente ensinar a ler e escrever nos primeiros anos que a criança começa a freqüentar a escola. O significado real da alfabetização acaba ficando um pouco de lado, pois somente ler e escrever nos parece insuficiente diante das demandas sociais. Segundo Luck (2000, p. 31):

Se reconhece que a educação, na sociedade globalizada e econômica centrada no conhecimento, é dotada de grande valor estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade e da qualidade de vida de seus cidadãos. Sobretudo, no entanto, é importante reconhecer que a educação é condição necessária para a formação de indivíduos sem a qual estes não alcançam a níveis mais elevados de desenvolvimento humano como pessoas e cidadãos.

Um passo importante para conquistar uma educação que forme cidadão plenamente capacitado passa por processo de gestão educacional e escolar bem

elaborado e profunda reflexão sobre o trabalho desenvolvido na instituição. A qualidade da educação é muito almejada por toda sociedade. A gestão educacional sempre deve visar essa importante conquista, através de projetos e trabalhos, abrangendo a escola como um todo, buscando parcerias principalmente entre a família e escola. Uma aliança necessária para conseguir atender e resolver os problemas mais preocupantes da educação que é a alfabetização das crianças, de maneira que contemple realmente todas as competências que são necessárias para ser um cidadão alfabetizado de verdade, que saiba fazer uma leitura de mundo onde vive.

Outra questão importante é com relação ao processo de alfabetização e onde ele acontece. O espaço escolar é o único que efetiva essa aprendizagem? Nesse sentido, as professoras 1, 2 e 3 destacaram que:

Não. Mesmo antes de entrar na escola a criança já possui uma série de conhecimentos sobre a língua escrita. A criança lê muito antes de “saber” ler e escrever, pois vive no mundo letrado, convivem com vários objetos portadores de textos, tais como rótulos, marcas, imagens, placas, e-mails, blogs, sites e outros. (PROFESSORA 1)

Não. A criança alfabetiza-se também através da leitura de mundo. No momento que ela entra em contato com o mundo das palavras ela começa a fazer relações. (PROFESSORA 2)

Não. A criança alfabetiza-se também através da leitura de mundo e a partir do contato com o mundo das palavras, ela faz relações. (PROFESSORA 3)

Ao analisar as considerações feitas sobre o processo de alfabetização, o mundo letrado chega até as crianças em diversas formas, muito antes de ela entrar na escola. Ferreiro (1988) enfatiza que: “a escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade. Como objeto cultural, a escrita cumpre diversas funções sociais e tem meios concretos de existência”.

A criança recebe informações dentro da escola como também fora dela, tudo isso contribui para que ela faça a relação entre as letras e palavras. Quando é trabalhado algo que ela vivencia fica muito mais fácil para ela compreender e assimilar o conhecimento. Ferreiro (1989) entende que a alfabetização ocorre em ambiente social, portanto as informações recebidas pelas crianças não são de forma passiva, elas transformam o conteúdo recebido, a fim de entendê-lo.

Fica evidente que a criança não pode ser considerada como um sujeito que não possui nenhum conhecimento quando da sua entrada na escola, e sua bagagem

cultural completamente ignorada parece e precisa fazer parte do passado. Compartilhando as idéias de Teberosky (1992, p. 41) pode-se perceber que não se pode considerar que a criança não possui nenhum conhecimento quando da sua entrada na escola, como um preconceito que impedia, até bem pouco tempo atrás, se via de outra maneira. Foi preciso superar a ideia de que a escrita era matéria exclusivamente escolar, para perguntar o que as crianças sabiam antes de aprenderem a escrever na escola, respeitando assim a criança e também a partir do que ela já sabe preparar as aulas de maneira mais proveitosas.

Inicialmente, fazer um diagnóstico da turma irá facilitar para o professor identificar em que nível a turma se encontra e também conhecer um pouco mais sobre cada uma das crianças que estão iniciando sua vida escolar cheios de expectativas e sentimentos que precisam ser compreendidos. A alfabetização na perspectiva construtivista de Ferreiro (1988) considera fundamental iniciar a alfabetização pela primeira letra do nome da criança, fazendo relação com outras palavras significativa, dessa forma não ficaria descontextualizada. E também não se descuidar do nível de alfabetização que a criança se encontra, para poder compreender melhor o que a criança produz e como ela faz isso.

Em suas pesquisas, Ferreiro (1988) “descobriu” que as crianças conseguem interpretar e produzir escritas muito antes de saber ler e escrever convencionalmente. A criança aprende na medida em que constrói o raciocínio lógico. Então, começa a caracterização dos níveis, que por sua vez não são estanques. A autora coloca que em cada nível a criança elabora suposições sobre os processos de construção da leitura e escrita. Dessa forma, a mudança de nível somente acontece quando ela não consegue entender questões referentes a seu nível, então ela começa um processo onde ela elabora novas hipóteses para poder explicar a sua produção e, conseqüentemente, avança de nível.

Os alunos aprendem à linguagem escrita, por meio de contatos sociais, e as intensas situações em que presenciam a leitura e escrita, portanto proporcionar uma variedade de materiais e momentos de oportunidades de interação com os objetos de conhecimento certamente garante a aquisição dessa habilidade que é a leitura e escrita.

Os trabalhos que norteiam a escola sempre precisam ter uma base teórica considerável, pois a prática diária se apóia em questões teóricas bem fundadas. A escola pesquisada tem teóricos conceituados, pelos grandes trabalhos desenvolvidos e pesquisas realizadas. Sobre essa questão, todas as professoras 1, 2 e 3 destacaram a mesma resposta que:

O trabalho da escola está embasado nos teóricos em educação Piaget, Emilia Ferreiro, Paulo Freire, Vigotsky, Wallon que enfocam a construção da leitura e da escrita através de vivências e leitura de mundo. Leitura e escrita voltadas para as práticas sociais.

Todos esses autores citados pelas professoras foram e ainda são de grande relevância para a educação, seus estudos proporcionaram grandes avanços na educação, passando para um entendimento mais claro e preciso de como ocorre o processo de alfabetização. As pesquisas de grandes estudiosos e principalmente de Emilia Ferreiro (1988) comprovaram e transformaram a compreensão do que é a escrita, pois segundo a autora, a escrita é um sistema de representação que cada um reconstrói até estar plenamente alfabetizado e não um código a ser assimilado.

Por muito tempo acreditava-se que o professor tinha a posse do saber, e precisava transmitir para o aluno, por sua vez os alunos decoravam a lição e deviam reproduzi-la da maneira como lhe foi passada. Por mais que esse conceito pareça ultrapassado, muitas etapas ainda precisam ser vencidas com relação a esse assunto. Teoricamente avançou-se muito sobre a função da escola e do professor na educação das crianças, no entanto é extremamente difícil fazer acontecer de fato todas as modificações necessárias e em todos os estabelecimentos de ensino, em todas as salas de aulas, para então mudar totalmente a realidade da educação. O profissional que está a frente da escola tem ferramentas que pode mudar essa realidade. Um exemplo é o PPP da escola, pois nele consta os rumos que a escola ira buscar, seus ideais como instituição formadora. Esse importante documento precisa estar sendo constantemente renovado, discutido e trabalhado por todos, pois ele é uma forma de organização do trabalho pedagógico.

Outros autores também foram destacados pelas professoras, segundo elas, os trabalhos da escola estão baseados nas teorias de Wallon. Esse autor analisa as

questões da afetividade e suas relações com a aprendizagem. Wallon nos remete para o papel fundamental do meio humano e social, pois as pessoas vão construindo suas personalidades e inteligências nas diferentes interações que vão sofrendo ao longo da sua vida. Ele ainda analisa a importância de compreender melhor os comportamentos num determinado contexto e sua influência sobre as crianças. Wallon 1979 (apud Bastos, 2003, p. 69) destaca:

A escola é um meio para a constituição dos grupos, que são os iniciadores das práticas sociais. [...] os grupos são importantes para aprendizagem social da criança, para o desenvolvimento de sua personalidade e para a consciência de si própria. Na sua inserção no grupo, a criança se depara com duas exigências básicas: identificar-se com o grupo na sua totalidade, com os interesses e aspirações de seus integrantes, e diferenciar-se dos outros, assumindo um papel determinado. Dessa forma, a vivência em grupo contribui de forma decisiva para que a diferenciação eu-outro seja estabelecida e para a construção da personalidade.

A criança faz suas relações com os grupos que convive, se identifica com ele, portanto, proporcionar atividades que possam promover relações achegadas, desenvolve o psicológico, da criança e também sua personalidade. As experiências que vivenciam intensificam o interesse das crianças nas atividades e os diferentes momentos de sua evolução precisam ser mediados pelo professor. Na qualidade de mediador, o professor precisa estar atento, pois é fundamental investigar e compreender as principais necessidades, desafios e conflitos característicos de suas respectivas fases.

Outro autor citado, que também desenvolveu pesquisas sobre como acontece o processo de aprendizagem da criança, foi o educador suíço Jean Piaget. Segundo ele o conhecimento se dá por descobertas que a própria criança faz. A sua teoria era de que o conhecimento centrava-se no próprio desenvolvimento da criança, nas suas descobertas. Para ele a criança vai adquirindo saberes, conforme sua maturidade psicológica. Isso acontece através de dois mecanismos: a assimilação e acomodação. O primeiro consiste em incorporar objetos do mundo exterior. A acomodação se refere às modificações dos sistemas de assimilação por influência do mundo externo.

A preocupação central de Piaget era descobrir como se estrutura o conhecimento. Para tanto a experiência é fundamental para o desenvolvimento do

sujeito. Essa experiência vai se aprimorando na medida em que a criança estabelece contato com o mundo, experimentando-o ativamente.

Vygotsky também citado anteriormente pelas professoras contribui com suas descobertas sobre a compreensão da aprendizagem, pois para ele o homem se forma em contato com a sociedade. Na teoria vygotkiana, a mediação é essencial, pois toda aprendizagem acontece através da relação do indivíduo com o mundo, por isso a mediação através do professor se torna indispensável nesse momento.

Vygotsky, ao contrário de Piaget, acreditava que a aprendizagem precede o desenvolvimento, por isso o ensino deve antecipar ao que o aluno não sabe, e nem é capaz de aprender sozinho. O autor atribui uma importância significativa ao professor por ser ele o impulsionador do desenvolvimento psíquico das crianças.

Freire, outro autor conceituado por suas grandes obras em favor da educação, acreditava que o objetivo maior da alfabetização é o de conscientizar o aluno a agir em favor da própria libertação. A prática pedagógica deveria, para o autor, desenvolver a criticidade do aluno. Afirmava que o professor e os alunos aprendem juntos. Portanto, o conhecimento e a cultura de cada sujeito precisam ser valorizados. Freire defendia os menos favorecidos e afirmava que a alfabetização podia romper com o poder das classes dominantes, transformando a realidade de cada sujeito, e ainda habilitando-o a fazer uma leitura de mundo.

São várias as teorias desenvolvidas pelos autores citados. As escolas são as que colocam todas essas teorias em prática. As informações são muitas, misturadas às necessidades e expectativas da sociedade, que vem sofrendo transformações constantes. Portanto, há a necessidade de promover por parte da equipe diretiva da escola estudos constantes em grupos, fazendo a relação entre a teoria e a prática vivenciada por cada professor e seus alunos, trazendo para o debate as dificuldades do dia-a-dia. São reflexões tão necessárias para a educação que fazem toda a diferença para o aluno que precisa aprender a leitura e escrita numa dimensão mais ampla, onde ele possa construir seu conhecimento, sendo orientado de maneira a desenvolver seu senso crítico e suas capacidades de trilhar seu próprio caminho.

O papel da escola sempre foi um tema amplamente discutido, pois lá se encontram profissionais preparados para orientar a construção do conhecimento do aluno. Nesse sentido, as professoras 1, 2 e 3 destacaram que:

É papel da escola alfabetizar os alunos num contexto em que existam práticas sociais de leitura e escrita. É necessário que o professor e os alunos sejam usuários da escrita e da leitura nas diferentes funções sociais mesmo que ainda não estejam alfabetizados. Aprender a ler supõe interpretar, compreender os textos de diferentes gêneros. Acreditar que o aluno pode aprender é a melhor atitude que o professor pode ter para chegar a um resultado positivo em termos de alfabetização. Ainda é papel da escola orientar e acompanhar o trabalho do professor, sugerindo, chamando individualmente ou em grupo os alunos, dando oportunidades de falar, ler, escrever, pois são estratégias fundamentais. Aperfeiçoamento para enfrentar e sanar as dificuldades na prática. Não basta ser alfabetizado é preciso ser letrado. (PROFESSORA 1)

É dar suporte à socialização com o outro e com o meio escolar, focando a construção da leitura e da escrita. (PROFESSORA 2)

É dar suporte à socialização com o outro e com o meio escolar focando a construção da leitura e da escrita (PROFESSOR 3)

As colocações das professoras participantes do estudo evidenciam o compromisso da escola e seu papel fundamental na formação dos indivíduos, pois ser realmente alfabetizado significa ser capaz de fazer uma leitura crítica primeiramente do seu contexto de vida e se estendendo para uma leitura mais abrangente. Freire (1999, p.11) sempre defendeu que a “leitura de mundo precede a leitura da palavra”, pois é necessário inserir o aluno num processo crítico e criador. Freire (1999. p.11) ainda fala do ato de ler e coloca a importância de se compreender aquilo que se lê, ter uma visão crítica do ato de ler, a leitura vai muito além de um processo mecânico, pois não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, o autor ainda afirma que “a leitura antecipa e se alonga na inteligência do mundo, precede a leitura da palavra, daí que a posterior desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela”.

O ato de alfabetização engloba muitas questões, pois é a partir da leitura de mundo que ele ira se posicionar, por exemplo, um texto pode transmitir muitas mensagens, mas é nas entrelinhas que está o verdadeiro objetivo e intenções que se quer atingir com aquelas palavras. Portanto, a capacidade de ler criticamente um texto e o mundo ao nosso redor é saber posicionar-se diante de uma sociedade cada vez mais capitalista e exigente.

Diante de um desafio tão grande de alfabetizar os alunos e fazer com que eles tenham a habilidade de fazer uma leitura apropriada de tudo que será posto a sua frente, necessita do comprometimento de todas as pessoas envolvidas no processo educacional. Sem dúvida cabe a escola uma boa parte da responsabilidade na formação e o desenvolvimento dos alunos em sua plenitude. Tudo isso permeado com amor, compromisso e dedicação ao processo de educação como um todo, pois ser um cidadão requer assumir responsabilidades e acima de tudo atitudes positivas em sua comunidade, mas para isso, é necessário primeiramente que o sujeito esteja bem em todos os seus aspectos, para posteriormente poder exercer o seu exercício de cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui realizado tematizou sobre o processo de alfabetização escolar e foi realizado sob a óptica de professores gestores. Sendo assim, percebeu-se que a alfabetização é um processo muito importante, sendo que o mesmo deve ocorrer de maneira comprometida e prazerosa para a criança.

O processo de alfabetização não depende somente dos professores gestores em sala de aula, mas de todos os envolvidos nesse processo, aqui entendidos toda a comunidade escolar. Sabe-se que o sujeito constrói o seu próprio processo de conhecimentos da leitura e da escrita através da socialização e das experiências e interações com os outros, e que cada um irá buscar novas possibilidades de produzir e apropriar-se dessa linguagem.

Diante das colocações dos questionários realizados com os gestores da escola pode-se afirmar que o ato de alfabetização é ir além do ato de ler e escrever, mas o de saber interpretar e transmitir o seu pensamento e as suas ideias através do que se pensa. É na escola que o homem, a partir das bagagens culturais que traz consigo e que consegue aprender a expressar as suas ideias.

Outro princípio importante é a interação social, que necessita estar presente em sala de aula e também em todo o contexto escolar. Isso faz com que o grupo se integre e traga para a escola os seus conhecimentos adquiridos fora dela, possibilitando que haja uma troca de saberes entre ambos.

Os alunos aprendem através da interação e do contato com as situações que presenciam e também quando possuem acesso a uma variedade de materiais presentes em seu dia-a-dia.

Frente aos aspectos abordados considera-se que o professor gestor é a figura que tem um importantíssimo papel em pensar e repensar diversas propostas, relacionadas ao cotidiano da turma, ampliando assim, ainda mais o vocabulário dela, na busca de bons resultados.

Cabe à escola, juntamente com os seus professores gestores e demais gestores, levar o aluno a pensar, refletir e a conhecer, sabendo interpretar diversos tipos de

textos que estão presentes no cotidiano, formando, assim, leitores críticos, que saibam opinar frente ao que estão lendo, assumindo dessa forma a sua própria posição.

O professor em sala de aula tem o compromisso de proporcionar momentos em que os alunos procurem as soluções, possibilitando assim a interação entre sujeitos e a linguagem no grupo, trocando conhecimentos, ideias e experiências.

Diante do papel da escola é possível pensar em professores gestores que propiciam caminhos para que os alunos aprendam, de maneira consciente, utilizando mecanismos adequados para que se apropriem dos conhecimentos, possibilitando sua atuação crítica no contexto social.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Alice Bastos. **A construção da pessoa em Wallon e a construção do sujeito em Lacan**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BENINCÁ, Elli. CAIMI, Flávia Heloísa. **Formação de professores: um diálogo entre a teoria e a prática**. 2. ed. Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo, 2002

BOLZAN, Dóris Pires Vargas. **Revista Nova escola**, Porto Alegre, jan./mar., 2001.

BRAGAGNOLO, Adriana. **Aquisição da linguagem escrita na educação infantil: concepções presentes nos meios acadêmicos**. Passo Fundo, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2004.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem o ba-be-bi-bo-bu**. São Paulo: Scipione, 2006.

CUBERES, Maria Tereza Golzales e outros. **Educação Infantil e Séries Iniciais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

DANYLUK, Ocsana Sônia. **Alfabetização matemática: o cotidiano da vida escolar**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

DOURADO, Luis Fernandes de. **Gestão democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares na rede municipal de ensino de Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2003.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Os filhos do analfabetismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FERREIRO, Emilia. TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Nilda Regina Leite. **O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais**. São Paulo: Loyola, 1994.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **A escrita e a leitura de textos na fase inicial de alfabetização**: alfabetização, leitura e escrita. Anped

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre. Artmed, 2002.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de Gestão Educacional**. v. II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LÜDKE, Meiga e ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisas em educação abordagens qualitativas** . São Paulo: E. P. U, 1986.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Prática docente e avaliação**. Rio de Janeiro: ABT, 1990.

MARTINS, Rosilda Baron. **Escola cidadã do Paraná**: análise de seus avanços e retrocessos. Campinas: Unicamp, 1997. Tese (Doutorado em Educação).

MEDEIROS, I. L. P.; LUCE, M. B. **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MORAIS, Antonio. **Distúrbios da aprendizagem**. 10. ed. São Paulo: Edicon, 2003.

NÓVOA, Antonio. Para uma análise das instituições escolares. In: Nóvoa, Antonio. (Org.). **As organizações escolares em análise**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1997.

PICAWY, Maria Maria. **Gestão de Instituições de Ensino Universidade Luterano do Brasil**. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação e Ensino a Distância, Canoas: 2007

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita**. 8 ed. São Paulo: Cortez 1999.

TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo a escrever**: perspectivas psicológicas e implicações educacionais. São Paulo: Ática, 1992.

TEBEROSKY, Ana. COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever**: uma proposta construtivista. Porto Alegre. Artemed, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político pedagógico**. 6. ed. São Paulo: Libertad, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alecastro (Org.). **Escola**: espaço do projeto político pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VIANA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento participativo na escola**. São Paulo: E.P.U., 1986.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de apresentação

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Santa Maria, 10 de julho de 2010.

De: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Para: Professores participantes do estudo

Assunto: **Apresentação de aluna do curso de Especialização em Gestão Educacional/EAD/UFSM para realização de pesquisa**

Venho por meio desta apresentar a aluna Leila Cristina Mai, matriculada no curso de Especialização em Gestão Educacional a distância, da Universidade Federal de Santa Maria, sob matrícula número 296EAD310 com o intuito de desenvolver uma pesquisa, cujo objetivo consiste em investigar o processo de alfabetização no contexto da gestão escolar, especificamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Costa e Silva, localizada no município de Tapera/RS.

Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim
Orientadora

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: O processo de alfabetização no contexto escolar: um estudo com professores gestores

Pesquisadora responsável: Leila Cristina Mai

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria/Universidade Aberta do Brasil

Telefone para contato: (54) 9974-2643 ou (54) 3385-1459

Local da coleta de dados: Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Costa e Silva

Prezado(a) Senhor(a):

- Você está sendo convidado(a) a responder as perguntas do questionário desta pesquisa de forma totalmente **voluntária**.
- Antes de concordar em participar e responder o questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar.
- É garantido o direito de **desistir** de participar da pesquisa e a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para você.
- São-lhe garantidos os direitos de ser mantido **atualizado** sobre os resultados parciais da pesquisa.
- Despesas e compensações: não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.
- Em caso de dano pessoal, diretamente causado pelos procedimentos propostos neste estudo (nexo causal comprovado), o participante tem direito às indenizações legalmente estabelecidas.
- O pesquisador responsável se compromete a utilizar os dados e o material coletado somente para a realização desta pesquisa.

Objetivo do estudo: investigar o processo de alfabetização no contexto da gestão escolar, especificamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Costa e Silva, localizada no município de Tapera/RS.

Procedimentos: Responder um questionário.

Benefícios: Maior conhecimento sobre o tema abordado na pesquisa, enriquecendo ainda mais o tema escolhido.

Riscos: Responder ao questionário apresenta um risco mínimo de ordem física ou psicológica, podendo causar um desconforto para você.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os participantes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo: O processo de alfabetização no contexto escolar: um estudo com professores gestores

Ficaram claros quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do participante da pesquisa

RG

Eu, Leila Cristina Mai, declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante da pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE C – Termo de confidencialidade

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do estudo: O processo de alfabetização no contexto escolar: um estudo com professores gestores

Pesquisadora responsável: Leila Cristina Mai

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria/Universidade Aberta do Brasil

Telefone para contato: (54) 9974-2643 ou (54) 3385-1459

Local da coleta de dados: Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Costa e Silva

A pesquisadora do presente estudo, Leila Cristina Mai, do curso de Especialização em Gestão Educacional à distância, da Universidade Federal de Santa Maria, sob matrícula número 296EAD310, se compromete a preservar a privacidade dos entrevistados cujos dados serão coletados através de um questionário. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para a realização da presente pesquisa. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão preservados por um período de três anos sob a responsabilidade da pesquisadora responsável. Após este período, os dados serão destruídos.

Local, dia, mês e ano

Leila Cristina Mai
Pesquisadora responsável

APÊNDICE D – Questionário

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR:
UM ESTUDO COM PROFESSORES GESTORES**

Especializanda: Leila Cristina Mai

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Instruções

O presente questionário tem como objetivo investigar o processo de alfabetização no contexto da gestão escolar, especificamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Costa e Silva, localizada no município de Tapera/RS.

Por favor, responda com objetividade e sinceridade.

Suas respostas, opiniões e sugestões são de extrema relevância para esta pesquisa.

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

I – DADOS GERAIS

1. Nome: _____
2. Nome fictício: _____
3. Endereço: _____
4. Telefone para contato: _____

II – FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1. Qual a sua formação acadêmica?

2. Há quantos anos esta a exercendo?

3. O que você entende por alfabetização?

4. O processo de alfabetização ocorre somente no processo escolar? Argumente?

5. Qual a concepção de alfabetização que norteia o trabalho pedagógico da escola?
E dos seus gestores?

6. Para você, qual é o papel da escola no processo de alfabetização?

Comentários e sugestões
